

GUERRAS CIVIS NA LIBÉRIA E AS FORÇAS DE PAZ DA ONU¹

Juliana de Moura Fraquetto²

A Libéria é a república mais antiga do continente africano e tem uma história peculiar. O nascimento de seu território se iniciou décadas antes da Conferência de Berlim (1884 – 1885), quando a Sociedade Americana de Colonização (SAC) decidiu alocar escravos estadunidenses libertos na costa da África, em 1822. Desta forma, os primeiros afro-americanos, ou américo-liberianos, ali presentes foram se organizando para constituir o que seria o primeiro governo do país, à medida que negociavam terras com os povos autóctones que viviam na região, buscando aumentar seu território. Desde o início da colonização, sua população não era constituída de maneira uniforme, o que resultava no aumento da desigualdade entre cada parcela da sociedade liberiana e, posteriormente, levaria às duas guerras civis vivenciadas pelo país.³

No topo da hierarquia racial liberiana se encontravam os américo-liberianos de pele mais clara, que dominavam as atividades político-econômicas da Libéria. Os américo-liberianos

de pele mais escura vinham logo em seguida, uma vez que, mesmo que não possuíssem o mesmo tom de pele da primeira classe, era considerada superior aos demais grupos liberianos. Abaixo deles, estavam os chamados ‘congoleses’, compostos, em sua maioria, por escravos capturados em navios negreiros interceptados em alto-mar e, em minoria, povos vindos de outras regiões da África. Em seguida, estavam os povos autóctones, que consistiam em dezenas de tribos que já ocupavam o território liberiano antes mesmo da chegada da SAC.⁴

Um dos principais problemas neste cenário era que os américo-liberianos – tanto os de pele clara como os de pele escura – possuíam uma visão de mundo mais ocidentalizada, enquanto os congoleses e os povos autóctones apresentavam uma imensa variedade de dialetos, religiões, cultura e política. Portanto, a estrutura social era dividida entre povos vindos dos Estados Unidos que, por essa origem, tinham comportamentos mais ocidentalizados, e povos nati-

vos, que possuíam estrutura política, religiões e cultura próprias. Esse contexto, portanto, fomentou a desigualdade entre as camadas sociais liberianas por décadas.⁵

Embora tenha trabalhado para constituir sua própria estrutura governamental, a Libéria só conquistou a independência da SAC em 1847, e manteve sua política nos moldes da estadunidense nas décadas que se seguiram. No início do século XX, conhecia-se somente dois partidos políticos no país: o *True Whigs*, cujo comando estava nas mãos dos congoleses e povos autóctones mais instruídos e com certo engajamento político, e o Partido Republicano, constituído, majoritariamente, pelos américo-liberianos.⁶ A partir de 1877, a transição entre os partidos cessou e o poder passou às mãos do *True Whigs*, que permaneceu no controle da Libéria até meados de 1970.⁷

Quanto à representação política, o *True Whigs* cobrava taxas dos demais povos autóctones para que es-

tes pudessem ocupar algumas poucas cadeiras no Parlamento liberiano, submetendo-os a diálogos étnicos dos quais somente participavam por meio de intérpretes, impedindo-os de tomarem suas próprias decisões. Além disso, estas populações autóctones eram constantemente submetidas ao pagamento de altos impostos que não eram revertidos para melhoria da qualidade de vida. Em meados de 1935, devido a constante desigualdade social, os crescentes índices de insatisfação civil já começavam a ganhar força no país.⁸

Com as eleições presidenciais de 1944, o *True Whigs* se manteve no poder com a vitória de William Tubman, um dos precursores da abertura da economia liberiana para o mundo, que faleceu em julho de 1971. O cargo de Presidente da República foi assumido pelo então vice-presidente, William Tolbert Jr., e representou um retrocesso econômico para a Libéria, uma vez que sua gestão apresentou picos de alta no preço do arroz, cujos produtores deixaram de receber subsídios do governo pela primeira vez desde 1944, quando Tubman era presidente. Tanto na esfera político-econômica como na esfera social, seu governo foi conturbado e marcado por fortes denúncias de irregularidades em cargos do Gabinete.⁹

A situação de crise atingiu seu ápice quando, em abril de 1980, o governo liberiano sofreu um golpe de Estado e Tolbert Jr. foi brutalmente assassinado, por ordem do então líder do Conselho de Redenção Popular (*People's Redemption Council* - PRC), Samuel Doe, que pertencia à etnia Krahn, um dos grupos autóctones predominante na Libéria.¹⁰ Com o golpe de Estado, o poder do país passou a controlado pelas estruturas do PRC, cujo alto comando era representado

pela figura de Doe. Sua gestão foi marcada por retrocessos ainda maiores que envolviam, inclusive, a suspensão de preceitos da Constituição liberiana. Ao mesmo tempo, o PRC enfrentava dificuldades de união entre seus membros, que discordavam das políticas impostas por Doe. Por isso, desconfiando de traição política por parte dos membros originais do PRC, Doe passou a substituí-los por pessoas pertencentes à etnia Krahn.¹¹

A má administração de Samuel Doe resultou na intensificação dos conflitos internos. Doe foi forçado a convocar eleições democráticas, cujo processo de organização foi precário, mas acabou se elegendendo presidente da Libéria.¹² O fato de ter sido eleito não impediu que seu governo continuasse a receber a desaprovação de civis, políticos e até militares liberianos. O modo de governança de Doe apresentava um forte requinte de violência para com seus opositores que tentaram, inclusive, lhe aplicar um golpe de Estado que foi mal sucedido. O descontentamento popular e o compor-

tamento excessivamente autoritário de Samuel Doe, criou o ambiente necessário para que forças paralelas arquitetassem sua deposição.¹³

Este panorama deu oportunidade para que Charles Taylor, um liberiano filho de mãe autóctone e pai americano-liberiano que participou da guerra civil líbia a favor de Muammar Gaddafi, retornasse à Libéria, pronto para organizar uma força de cunho nacionalista e depor Samuel Doe.¹⁴ A Frente Nacional Patriota da Libéria (*National Patriotic Front of Liberia* - NPFL) era composta por ex-guerrilheiros e protagonizou a Primeira Guerra Civil da Libéria, quando seus membros adentraram o território liberiano pela fronteira com Serra Leoa, no final de dezembro de 1989. Embora estivesse fortemente armado e bem treinado, o exército comandado por Taylor foi recebido energicamente pelas Forças Armadas da Libéria (*Armed Forces of Liberia* - AFL).¹⁵

No entanto, com a baixa popularidade de Doe, o apoio ao NPFL foi cres-



Combatentes da NPLF buscam membros da ULIMO.

cendo. À medida que o grupo guerrilheiro avançava em direção à capital liberiana, Monróvia, seus soldados iam recrutando civis para o combate em regiões onde as etnias locais eram constantemente oprimidas. Por outro lado, o exército de Doe se encontrava mal equipado e mal treinado, o que abriu vantagem para as forças de Taylor.¹⁶ O agravamento do conflito teve início entre julho e agosto de 1990, quando as forças de Taylor alcançaram a capital.

No âmbito interno da NPFL, as desavenças entre os membros fez com que novas facções surgissem. A primeira delas foi liderada por Prince Johnson, um membro da etnia Gio e ex-comandante da Polícia Militar liberiana, denominada Frente Patriótica Nacional Independente da Libéria (*Independent National Patriotic Front of Liberia* – INPFL), tendo como objetivos combater tanto a AFL de Doe como a NPFL de Taylor. A partir de então, outros grupos insurgentes começaram a surgir e participar ativamente no conflito, que já havia saído do controle de Doe.¹⁷

Em agosto de 1990, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO (*Economic Community of West African States* – ECOWAS), decidiu empenhar medidas para cessar o conflito liberiano.¹⁸ Isso aconteceu em razão do Protocolo de Não-Agressão e do Protocolo de Assistência Mútua de Defesa (PMAD), que permitiam que os Chefes de Estado de países assolados por uma guerra civil poderiam solicitar apoio da CEDEAO. Após diversas tentativas de soluções diplomáticas e pacíficas, o conflito liberiano continuou se desdobrando violentamente, o que levou a CEDEAO a criar o Grupo de Monitoramento da CEDEAO (*ECOWAS Ceasefire Monitoring Group* – ECOMOG), que te-

ria como objetivo a intervenção militar na Libéria para enfraquecer as forças rebeldes em conflito no país.¹⁹

Logo após a entrada do ECOMOG no conflito armado, mais grupos rebeldes começaram a surgir, como o Movimento Unido de Liberação da Libéria para a Democracia (*United Liberation Movement of Liberia for Democracy* – ULIMO), formado por membros das etnias Krahn e Mandingo. Posteriormente, após discordâncias internas, o ULIMO se dividiu em ULIMO-K, sob o comando da etnia Mandingo, e ULIMO-J, sob a liderança de membros da etnia Krahn. Participando mais ativamente da guerra civil, as forças da INPFL, a mando de Johnson, acabaram protagonizando um violento episódio onde sequestraram e executaram Doe e seus homens, e Johnson se autodeclarou o novo líder do país.²⁰

As primeiras medidas tomadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas somente fizeram referência a sanções que deveriam ser aplicadas ao governo liberiano e ao embargo de armas que os vizinhos deveriam executar em relação à Libéria.²¹ Somente em 22 de setembro 1993, por meio da Resolução 866, houve a criação da Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria (*United Nations Observer Mission In Liberia* – UNOMIL). O texto que deu origem à Missão buscava, sobretudo, impulsionar o rápido desarmamento de insurgentes, da mesma forma que pedia aos Estados africanos, com destaque para os Estados da África Ocidental, que se dedicassem ao envio de mais tropas ao país.²²

Devido à alta hostilidade dos grupos armados envolvidos, a missão de paz da CEDEAO, enquanto agia na Libéria por si só, perdeu mais de 700

homens.²³ Nesse sentido, o objetivo inicial da UNOMIL era cooperar com a ECOMOG para solucionar o problema liberiano, mas depois acabou tendo que intensificar suas ações militares para dar suporte à missão da CEDEAO.

De maneira geral, o desdobramento da missão da ONU se deu de forma peculiar, uma vez que suas ações precisavam responder adequadamente à instabilidade do conflito. Tanto o mandato da Missão como as demais resoluções e relatórios produzidos pelo então Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, descreviam medidas que visavam à negociação diplomática, principalmente com as lideranças da NPFL e da INPFL, buscando estabelecer tréguas que pudessem resultar em um cessar-fogo permanente entre as partes rebeldes.²⁴

Embora fosse necessário que a missão apresentasse um plano consistente de ações armadas para combater a insurgência dos grupos beligerantes, as atividades da UNOMIL também envolveram ações direcionadas a ex-combatentes que resolviam deixar o conflito pacificamente. A Missão organizou centros de desmobilização em diversas partes do país onde eram fornecidos cuidados psicológicos, remédios, roupas, ferramentas adequadas para iniciar seu próprio plantio de arroz, além de transporte a seus povoados de origem. Mais de dois mil combatentes se entregaram no primeiro mês de funcionamento destes centros de desmobilização, mas, conforme o conflito aumentava sua intensidade, sua eficácia foi comprometida.²⁵

As crianças que foram insistentemente usadas como soldados na guerra civil e que puderam ser recuperadas contavam com a assistência



Rebeldes durante a Segunda Guerra Civil da Libéria.

de organizações não governamentais liberianas que, por sua vez, recebiam apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para direcioná-las a centros de cuidados médicos e, posteriormente, organizar o seu retorno às suas respectivas famílias.²⁶

Entre os anos de 1994 e 1996, a instabilidade do conflito levou, em várias vezes, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) a expandir o efetivo da Missão. O CSNU entendia, ainda, que o sucesso de um processo eleitoral poderia alavancar estabilizar o país. Por isso, as autoridades da UNOMIL passaram a direcionar novas ações de apoio ao então Governo Transitório Nacional Liberiano (*Liberia's National Transitional Government - LNTG*), concomitante às ações militares e humanitárias, para que eleições presidenciais fossem realizadas no país. Enquanto o conflito se desdobrava violentamente, a UNOMIL acabou tendo que contar com o apoio militar das forças de paz da Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL), em razão da fronteira entre os dois países ser uma preocupação constante.²⁷

A partir de janeiro de 1997, os relatórios da ONU apresentaram melhoras significativas quanto ao número de civis mortos e feridos, bem como as tendências de rendição de ex-combatentes. Com o avanço das negociações com os grupos rebeldes, o fortalecimento da organização das eleições presidenciais aos poucos foi sendo construída a paz liberiana. Com a redução dos índices de violência, a UNOMIL expandiu seu leque de atividades. Além das atividades militares previstas, a Missão também se preocupou em promover os sistemas de saúde, educação e direitos humanos na Libéria.²⁸

As eleições de julho de 1997 elegeram Charles Taylor, ex-líder na NPFL, como presidente da Libéria. Havendo sucesso da missão de paz da ONU no país, suas forças de paz iniciaram os preparativos para o término do mandato, que deveria ocorrer em setembro daquele ano.²⁹ As propostas eleitorais de Taylor, aparentemente, respeitavam as medidas estabelecidas pela ONU e pela CEDEAO antes de retirarem seus efetivos do país. No entanto, após a eleição, o que se viu foi uma forte segregação

de diversos subgrupos sociais e étnicos por parte do governo, que voltou a enfrentar intensa oposição.

As perseguições étnicas foram concentradas contra as populações que, durante a Primeira Guerra Civil liberiana, se opuseram às ações violentas da NPFL. O novo cenário de fragilidade na Libéria se estendeu às fronteiras ao norte, onde surgiram os dois principais grupos rebeldes da oposição, em meados de 1998, cujas atividades dariam início à Segunda Guerra Civil liberiana. A União Liberiana de Reconciliação e Democracia (*Liberian's United for Reconciliation and Democracy - LURD*), formado por ex-combatentes do ULIMO-K, contava com o apoio de Guiné e Serra Leoa. Por sua vez, o Movimento pela Democracia na Libéria (*Movement for Democracy in Liberia - MODEL*), composto por ex-combatentes do ULIMO-J, foi apoiado pela Costa do Marfim. Já no início de 1999, estima-se que o LURD controlava cerca de 80% do território liberiano.³⁰

Novamente, o Estado liberiano não conseguiu conter o avanço das forças insurgentes, o que resultou na volta da guerra civil, desta vez mais intensa. Novamente a ONU apostou em diálogos diplomáticos e tentativas de negociação de paz entre as partes beligerantes. Logo após ter conseguido um acordo de paz, em agosto de 2003, o CSNU estabeleceu a Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) a partir de setembro de 2003. As tropas da ONU passaram a atuar com tropas da CEDEAO (*ECOWAS Mission in Liberia - ECOMIL*) que também foram desdobradas na Libéria naquele mesmo mês para conter o avanço dos grupos rebeldes, à medida que buscava auxiliar o governo a estabelecer acordos de paz com as partes insurgen-

tes. Embora conseguisse firmar tais acordos, a CEDEAO não tinha conseguia garanti-los. No final de 2003, o CSNU solicitou ainda o apoio formal da UNAMSIL em Serra Leoa para a UNMIL.³¹

O CSNU aprovou um efetivo de até 15.000 militares e mil policiais, que deveriam incorporar a operação de paz já em atuação na Libéria, guiada pela CEDEAO. Os objetivos da operação eram monitorar os acordos firmados entre o governo e os grupos armados, a proteção e repatriação de civis, a desmobilização de combatentes e a proteção dos funcionários da Missão que, frequentemente, eram alvo das ações violentas de grupos rebeldes liberianos.³²

Em meio ao caos interno, o conflito liberiano entrou em uma fase de transição e havia uma constante ameaça para os países vizinhos, principalmente Serra Leoa, Guiné e Costa do Marfim, já que grupos rebeldes liberianos atuavam dentro de seus territórios nas áreas próximas da fronteira com a Libéria.³³ Por esta razão, o Conselho autorizou o uso da força para conter a violência das partes, que provocava um número cada vez maior de civis mortos, feridos e deslocados internos.³⁴ Tanto as forças militares da UNAMSIL quanto as da Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim (MINUCI) colaboravam com as forças da UNMIL, sendo que a MINUCI, em determinado momento, recebeu tropas da UNMIL para auxiliar na contenção da guerra civil marfinense.³⁵

Embora as forças da ONU e da CEDEAO atuassem contra os grupos armados, estes continuavam a promover ataques nas regiões mais remotas da Libéria, onde os *peacekeepers* da UNMIL não estavam presentes. Por outro lado, nas



Soldados do governo liberiano combatendo em Monrovia em 2003.

regiões onde a operação conseguia atuar (principalmente no interior do país) foi possível a chegada de ajuda humanitária às populações mais debilitadas. Os membros da UNMIL e da ECOMIL se dedicaram a dialogar diretamente com as lideranças do LURD e do MODEL, que agiam principalmente nas regiões norte e sudeste da Libéria.³⁶

A UNMIL propôs medidas para a desmobilização dos grupos armados, no entanto, com a guerra civil em seu ápice naquele momento, era difícil implementá-las. O CSNU determinou um embargo de armas à Libéria de modo a restringir o livre acesso dos grupos armados a armas e munições. Além dos centros de desmobilização, aos ex-combatentes foram apresentadas propostas imediatas de melhoria de vida, com o retorno imediato às suas residências sem qualquer criminalização e com recursos básicos para o cultivo de alimentos, incentivando sua subsistência. O conflito começou a apresentar os primeiros sinais de melhora em meados de 2005. O CSNU manteve

o embargo de armas para a Libéria, principalmente em relação aos países vizinhos, apostando nele como forma de diminuir a violência por parte dos grupos armados, cujos principais alvos eram civis.³⁷

A UNMIL, além de atuar contra as forças insurgentes, também forneceu especial atenção aos programas de proteção de civis, à situação dos direitos humanos e ao auxílio à Justiça do país quanto à redução dos níveis de impunidade, buscando, sobretudo, evitar que novas revoltas civis ganhassem força internamente.³⁸

A coordenação da UNMIL com a UNAMSIL (de Serra Leoa) e com a MINUCI (da Costa do Marfim) foi essencial para que as forças de paz pudessem identificar regiões pontuais onde ainda havia embates violentos, focando suas atividades militares nestas regiões. Em meados de 2007, foi sugerido pelo Secretário-Geral da ONU que a UNMIL iniciasse a preparação para uma retirada progressiva de suas tropas do solo liberiano.³⁹

Charles Taylor deixou a presidência da Libéria em meados de agosto de 2003. O governo nigeriano ofereceu asilo a ele até 2006, quando a então presidente liberiana, Ellen Johnson-Sirleaf, pediu sua extradição. Em 2012, o ex-presidente da Libéria foi condenado pelo Tribunal Especial para Serra Leoa (TESL) a 50 anos de prisão, culpado pela morte de dezenas de milhares de pessoas entre 1990 e 2003 na Libéria e pelo apoio aos rebeldes da guerra civil em Serra Leoa.

Sua prisão emergiu como resposta à impunidade de membros de grupos armados africanos que ceifaram milhões de vidas em guerras civis. Estima-se que mais de 250 mil civis tenham sido mortos entre 1990 e 2003 nas duas guerras civis da Libéria. O julgamento de Charles Taylor feito à distância pela Corte Especial de Serra Leoa, conforme autorizado pela Resolução 1688 do Conselho de Segurança, reduziu as tensões generalizadas na Libéria, mas ainda havia preocupação quanto à reação de seus aliados como consequência do julgamento.⁴⁰

A UNMIL se preparou para a retirada completa da Libéria, já que a guerra civil liberiana havia sido oficialmente encerrada em 2003 e houve progressos na estabilização do país. Entretanto, nos anos que se seguiram, o problema de conflitos nos países vizinhos – com destaque para a fronteira entre Libéria e a Costa do Marfim – continuava a preocupar as autoridades da ONU. Para além da instabilidade nas fronteiras, as hostilidades entre os grupos armados internos liberianos também foram determinantes para que a Missão tivesse seu mandato estendido por várias vezes até o início de 2018. Com isso, foram mais de duas décadas de permanência de operações de paz da ONU no território liberiano.

Durante o tempo que ficou vigente, dentre várias outras atividades, a operação de paz da ONU trabalhou a proteção dos direitos humanos por meio de parcerias com organizações não governamentais liberianas que, por sua vez, tiveram como meta trabalhar em conjunto com organizações locais para incrementar seus programas voltados especialmente

para a preservação dos direitos humanos das populações vulneráveis e dos grupos de ex-combatentes. Contando com o apoio do governo de Johnson-Sirleaf, com sua força política em ascensão, a quantidade de embates entre os grupos armados foi diminuindo, o que permitiu a restauração da paz na Libéria, embora fossem constantes os protestos por parte de segmentos da população.⁴¹

A proteção de civis se tornou preocupante nas zonas de fronteira com a Costa do Marfim, onde ex-combatentes e crianças liberianas eram recrutadas por grupos armados para o conflito armado marfinense.⁴² Os embates na zona de fronteira foram diminuindo, embora rebeldes em luta na Costa do Marfim continuassem recrutando ex-combatentes liberianos, incluindo crianças. A UNMIL adaptou-se à situação movendo forças militares adicionais principalmente nas regiões sul e leste da fronteira, inclusive contando com aviões de guerra prontos para realizar ataques.⁴³ Com a diminuição dos focos de combate entre grupos armados, principalmente na zona de fronteira com a Guiné e a Costa do Marfim, parte dos funcionários da Missão foi direcionada para a proteção dos civis que retornavam à Libéria, após terem se refugiado em países vizinhos. Diante das perspectivas de melhora, as primeiras resoluções de 2007 encorajaram a UNMIL a diminuir o seu contingente militar, mas sempre calibrando as ações de acordo com as necessidades do cenário.⁴⁴

O conflito foi sendo estabilizado a nível nacional e, mesmo a situação permanecendo frágil, houve a realização de eleições e o avanço na reconciliação progressiva entre os grupos rebeldes atuantes no país. Este cenário possibilitou que a UNMIL iniciasse a diminuição de



Presidente Liberiana Ellen Johnson-Sirleaf em evento military em 2010.



Soldados da Libéria e dos EUA avaliando pacientes em 2013.

suas tropas.⁴⁵ A situação humanitária no país sempre foi preocupação da ONU. A UNIMIL foi apoiada pelo UNICEF (em nível macro) e organizações humanitárias diversas (em nível micro) que tinham acesso às regiões mais remotas da Libéria, para lidar com essa questão.⁴⁶

A partir de 2013, a UNMIL foi autorizada decisivamente pelo CSNU a prosseguir com a retirada de tropas do território liberiano. No entanto, a UNMIL precisou aumentar seu apoio à Polícia Nacional Liberiana, que não estava sendo eficaz em conter manifestações violentas, nem estava cumprindo seu objetivo de proteger a população civil adequadamente, o que forçou a Missão a manter o número de policiais civis bem próximo do limite autorizado no mandato.⁴⁷

Em 2017, o Conselho de Segurança

decidiu efetivamente retirar as forças de paz do país. Nesse sentido, a partir de junho daquele ano a UNMIL iniciou os preparativos para encerramento da operação, programada para acontecer em 30 de março de 2018. A mesma decisão ocorreu em relação a vizinha Costa do Marfim, cuja missão da ONU foi encerrada em 2017.⁴⁸

Durante quase duas décadas, as forças de paz da UNMIL fizeram o trabalho humanitário necessário para iniciar a reconstrução da paz e da política da Libéria. Mas atuaram também em diversos outros setores como o da saúde, prestando apoio ao governo do país. Foi o caso do surto do vírus Ebola que atingiu a Libéria entre 2014 e 2015, que fez com que os funcionários da ONU tivessem seu quadro de atividades ampliado, além de contarem com o suporte com organizações interna-

cionais voltadas especificamente para a área da saúde.⁴⁹

Pode-se dizer, portanto, que as operações da ONU na Libéria alcançaram os objetivos estabelecidos em seus mandatos, estabilizando o conflito e auxiliando o governo do país na restauração da segurança, não só através de atividades militares, mas também com programas voltados para a população civil, a parcela mais atingida pelas duas guerras civis, no âmbito das chamadas operações de *peacebuilding*. A UNMIL cumpriu sua missão de devolver ao Estado liberiano o pleno controle de seu território, auxiliando-o também no fortalecimento das ações de proteção de civis e no enrijecimento dos setores jurídicos do país. Espera-se que não ocorra a retomada do conflito armado no país para que os liberianos possam seguir o caminho da paz.

- ¹ O texto é parte da pesquisa desenvolvida com bolsa de iniciação científica do PIBIC/CNPq.
- ² Discente do Curso de Relações Internacionais da UNESP – Campus de Marília. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Conflitos Internacionais (GEPCI) e do Observatório de Conflitos Internacionais (OCI). Bolsista de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq.
- ³ AKPAN, Monday B. (Ed.). Libéria e Etiópia, 1880 -1914: a sobrevivência de dois Estados africanos In: ALBERT ADU BOAHEN. (Ed.). *História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: 2010. Cap. 11, p. 281-318. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese_pdf_only/>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- ⁴ DENNIS, Peter. *A Brief History of Liberia*. The International Center for Transitional Justice, 2006. p. 1.
- ⁵ AKPAN, op.cit., p. 284.
- ⁶ Idem, p. 285.
- ⁷ Idem, p. 285 – 286.
- ⁸ Idem, p. 308.
- ⁹ DENNIS, op. cit., p. 1.
- ¹⁰ ESTEVES, Paulo; SOUZA, Leticia Carvalho de. A Libéria e a construção do nexos entre segurança e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 54, n. 2, 2011. p. 29.
- ¹¹ DENNIS, op. cit., p. 3.
- ¹² HARRIS, David. From ‘warlord’ to ‘democratic’ president: how Charles Taylor won the 1997 Liberian elections. *The Journal of Modern African Studies*. London, 1999. p. 433.
- ¹³ SILVA, Alexandre dos Santos. *A intervenção humanitária em três Quase-Estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria*. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rio, Rio de Janeiro, 2004. p. 98.
- ¹⁴ Idem, pp. 97 – 98.
- ¹⁵ DENNIS, op. cit., p. 4.
- ¹⁶ HOWE, Herbert. Lessons of Liberia: ECOMOG and Regional Peacekeeping. *International Security*, Cambridge, v. 21, n. 3, dez. 1996. p. 149.
- ¹⁷ SILVA, op. cit., p. 100.
- ¹⁸ A CEDEAO é uma organização internacional sub-regional africana. O Tratado de Lagos, que foi assinado e ratificado em 1975, determinou a criação da CEDEAO com 16 Estados africanos, sendo nove deles francófonos - Daomé (atual Benin), Guiné, Mauritânia, Togo, Níger, Mali, Senegal e Alto Volta (atual Burkina Faso) e Costa do Marfim; dois países lusófonos - Guiné-Bissau e Cabo Verde; e cinco países anglófonos - Gâmbia, Libéria, Gana, Serra Leoa e Nigéria.
- ¹⁹ SILVA, op. cit., p. 94.
- ²⁰ Idem, pp. 96 – 104.
- ²¹ Idem, p. 107.
- ²² ONU. *S/RES/788*. Nova York, 19 nov. 1992. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/010/46/IMG/N9301046.pdf?OpenElement>. Acesso em: 10 dez. 2017; ONU. *S/RES/813*. Nova York, 26 mar. 1993. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/177/39/IMG/N9317739.pdf?OpenElement>. Acesso em: 10 dez. 2017; ONU. *S/RES/866*. Nova York, 22 set. 1993. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unomilRS.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- ²³ SILVA, op. cit., p. 97.
- ²⁴ ONU. *S/PRST/1994/25*. Nova York, 23 mai. 1994. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unomilRS.htm>; ONU. *S/PRST/1994/33*. Nova York, 13 jul. 1994. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unomilRS.htm>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- ²⁵ ONU. *S/1994/463*. Nova York, 18 abr. 1994. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/181/60/IMG/N9418160.pdf?OpenElement>. Acesso em: 11 dez. 2017; ONU. *S/RES/911*. Nova York, 21 abr. 1994. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/189/59/PDF/N9418959.pdf?OpenElement>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- ²⁶ ONU. *S/1994/463*. op. cit.
- ²⁷ ONU. *S/RES/1059*. Nova York, 31 mai. 1996. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/137/26/PDF/N9613726.pdf?OpenElement>. Acesso em: 11 dez. 2017; ONU. *S/1996/858*. Nova York, 17 out. 1996. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/270/22/IMG/N9627022.pdf?OpenElement>. Acesso em 11 dez. 2017; ONU. *S/1996/858/Add.1*. Nova York, 22 out. 1996. Disponível em: <https://daccess-ods.un.org/TMP/9838644.86217499.html>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- ²⁸ ONU. *S/1997/478*. Nova York, 19 jun. 1997. Disponível em: <https://daccess-ods.un.org/TMP/61170.4960465431.html>. Acesso em 12 dez. 2018.
- ²⁹ ONU. *S/PRST/1997/41*. Nova York, 30 jul. 1997. Disponível em: <https://daccess-ods.un.org/TMP/4779114.42518234.html>. Acesso em 12 dez. 2018.
- ³⁰ DENNIS, op. cit., p. 5.
- ³¹ ONU. *S/RES/1509*. Nova York, 19 set. 2003 e ONU. *S/2003/1175*. Nova York, 15 dez. 2003. Disponível em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon&index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em 12 dez. 2018.
- ³² ONU. *S/RES/1509*. Nova York, 19 set. 2003. Disponível em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon&index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em 12 dez. 2018.
- ³³ SILVA, op. cit., p. 123.
- ³⁴ ONU. *S/RES/1478*. Nova York, 6 mai. 2003 e ONU. *S/RES/1497*. Nova York, 1 ago. 2003. Disponível em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon&index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em 12 dez. 2018.
- ³⁵ ONU. *S/2005/764*. Nova York, 7 dez. 2005 e ONU. *S/RES/1657*. Nova York, 6 fev. 2006. Disponível em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon&index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em 12 dez. 2017.
- ³⁶ ONU. *S/2004/229*, 22 mar. 2004 e *S/RES/1532*, 12 mar. 2004. Disponível em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon&index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em 12 dez. 2017.
- ³⁷ ONU. *S/RES/1683*. Nova York, 13 jun. 2006; ONU. *S/RES/1689*. Nova York, 20 jun. 2006 e ONU. *S/RES/1694*. Nova York, 13 jul. 2006. Disponível em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon&index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em 13 dez. 2017.
- ³⁸ ONU. *S/RES/1688*. Nova York, 16 jun. 2006. Disponível em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon&index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em 13 dez. 2017.

³⁹ ONU. *S/2006/749*. Nova York, 12 set. 2006; ONU. *S/RES/1712*. Nova York, 29 set. 2006; ONU. *S/2006/958*. Nova York, 11 dez. 2006. Disponíveis em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon &index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em 13 dez. 2017.

⁴⁰ ONU. *S/2007/151*. Nova York, 15 mar. 2007; ONU. *S/RES/1750*. Nova York, 30 mar. 2007. Disponíveis em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon &index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em 13 dez. 2017.

⁴¹ ONU. *S/2006/376*. Nova York, 9 jun. 2006. Disponível em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon &index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em 5 dez. 2017.

⁴² ONU. *S/2006/159*. Nova York, 14 mar. 2006; ONU. *S/RES/1667*. Nova York, 31 mar. 2006. Disponíveis em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon &index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em: 5 dez. 2017.

⁴³ ONU. *S/2006/749*. Nova York, 12 set. 2006; ONU. *S/RES/1712*. Nova York, 29 set. 2006; ONU. *S/2006/958*. Nova York, 11 dez. 2006. Disponíveis em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon &index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em: 5 dez. 2017.

⁴⁴ ONU. *S/2007/151*. Nova York, 15 mar. 2007; *S/RES/1750*, 30 mar. 2007. Disponíveis em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon &index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em: 5 dez. 2017.

⁴⁵ ONU. *S/2006/159*. Nova York, 14 mar. 2006; ONU. *S/RES/1667*. Nova York, 31 mar. 2006. Disponíveis em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon &index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em: 5 dez. 2017.

⁴⁶ ONU. *S/RES/1712*. Nova York, 29 set. 2006. Disponíveis em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon &index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em: 5 dez. 2017.

⁴⁷ ONU. *S/2013/124*. Nova York, 28 fev. 2013; ONU. *S/2013/479*. Nova York, 12 ago. 2013; ONU. *S/RES/2116*. Nova York, 18 set. 2013; ONU. *S/2014/123*. Nova York, 18 fev. 2014. Disponíveis em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon &index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em: 5 dez. 2017.

⁴⁸ ONU. *S/2017/510*. Nova York, 16 jun. 2017. Disponível em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon &index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em: 5 dez. 2017.

⁴⁹ ONU. *S/2007/151*. Nova York, 15 mar. 2007. Disponível em: <http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=1K271T2A10218.571992&menu=search&aspect=alpha&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=bib&ri=2&source=~%21horizon &index=ZTIALPH&term=UNMIL&x=4&y=8&aspect=alpha>. Acesso em: 5 dez. 2017.



Série Conflitos Internacionais é editada pelo Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus de Marília - SP

Editor: Prof. Dr. Sérgio L. C. Aguiar

Layout: Paula Schwambach Moizes

ISSN: 2359-5809

Comentários para: oci@marilia.unesp.br

Disponível em: www.marilia.unesp.br/#oci

Série Conflitos Internacionais mais recentes:

Segurança e terrorismo na Europa V. 3, n. 4

O conflito armado em Darfur - Sudão V. 3, n. 5

A Somália e o Al Shabaab V. 3, n. 6

A questão curda V. 4, n. 1

O atual conflito no Sudão do Sul V. 4, n. 2

O conflito na Costa do Marfim e as missões de paz da ONU V. 4, n. 3

Afganistão: a continuidade do grande jogo V. 4, n. 4

Minustah: treze anos de presença internacional no Haiti V. 4, n. 5